

Pedagogia Libertária e sua Atualidade Histórica

Hugo Raoni da Silva Alves*

Na atualidade o bloco progressista critica e luta ferrenhamente contra o Novo Ensino Médio, defendendo uma educação mais crítica e supostamente libertadora. Porém, curiosamente as alternativas apresentadas não são legitimamente libertadoras, pois costumam ser crítico reprodutivistas, ou seja, embora apresentem um caráter crítico, não apresentam soluções que de fato alcancem a raiz dos problemas criticados. Além disso, também é muito comum que a problemática educacional seja reduzida apenas a questões quantitativas, como mais investimentos em tecnologia, ciência, bolsas, pesquisas, bem como maior inclusão de indivíduos marginalizados etc., enquanto a questão pedagógica vinculada diretamente com os métodos e processos da formação humana é secundarizada ou completamente ignorada. Nesse sentido, esse artigo visa abordar uma corrente pedagógica de fato libertária, apresentando criticamente a complexidade das tarefas históricas e teóricas no âmbito educacional com a devida radicalidade, sem limitar-se a alterações reformistas que mantêm a essência do modo de produção vigente, bem como a diferenciar claramente da pedagogia tipicamente aplicada nas instituições de ensino atual.

Pedagogia Libertária e Pedagogia Burocrática

Primeiro é necessário definir o que é pedagogia libertária e o que a distingue da pedagogia tradicional. Evidentemente que existem certas distinções entre os vários autores, porém a pedagogia libertária pode ser definida como uma corrente pedagógica profundamente humanista e que consiste em desenvolver os indivíduos a partir de uma gestão educacional radicalmente horizontal e anticapitalista. Diferente da pedagogia tradicional, a burocrática, que tem como objetivo principal reproduzir a ordem social vigente, a pedagogia libertária visa superá-la e efetivar uma transformação social emancipadora, tendo como base a educação dos indivíduos através dos seus métodos e ideias para cristalizar esse objetivo. Tragtenberg define bem os principais objetivos da pedagogia burocrática:

*Ensino Médio completo, estudante autodidata de ciências sociais.

A pedagogia burocrática ao acentuar o conformismo, o espírito acríptico do aluno, forma a futura mão-de-obra dócil, que nada reivindicará nas empresas ou no Estado, forma os “servos” do capital que docilmente contribuirão para sua reprodução ampliada. (TRAGTENBERG *apud* MARQUES, 2016, p. 106.).

Desse modo, a pedagogia burocrática, através de diversos mecanismos como o sistema de exames, recompensas, punições, grade curricular etc., visa preparar os indivíduos para a sociedade capitalista, tanto para a inserção no mercado do trabalho quanto para desenvolverem uma mentalidade imbuída de valores condizentes com o capitalismo (individualismo, concorrência, mercantilismo) e é burocrática porque o sistema está acima do aluno, o que implica em alienação, controle, dominação, obediência, dentre outros aspectos, já que o centro do ensino será o aluno seguir fielmente o que lhe é imposto.

Já a pedagogia libertária altera o seu centro:

A autogestão pedagógica tem como centro não o programa o professor, a instituição, mas o aluno. Ela é orientada no atendimento às motivações do aluno, daí sua disponibilidade à aprendizagem significativa. O mesmo se dá com o professor: de “máquina programada” ele passa a gerir com o aluno o programa. (TRAGTENBERG *apud* MARQUES, 2016).

Nesse sentido, todo o sistema educacional na pedagogia libertária é elaborado tendo em vista o atendimento das autênticas necessidades e motivações do aluno, ofertando um ensino que valoriza não a imposição de conteúdos a partir de autoridades superiores em uma hierarquia educacional, mas sim a própria participação ativa dos alunos e dos professores na elaboração dos programas que serão seguidos. Essa forma de conceber a educação é um esboço de novas relações sociais radicalmente distintas das relações capitalistas, pois sua organização e aplicação é o completo oposto do que predomina no sistema capitalista e que é transposto e incorporado no sistema educacional, já que as escolas, universidades e instituições educacionais vigentes em geral são indissociáveis do capitalismo e da sua reprodução, mesmo que não raramente surja um discurso de “neutralidade” e “crítica” por parte dos seus defensores mais notórios.

Características Fundamentais da Pedagogia Libertária

Diversas correntes pedagógicas do *mainstream*, como o construtivismo, propõem alternativas supostamente revolucionárias, humanizadas etc., porém em geral trocam apenas no aspecto formal da questão, ou seja, no que diz respeito ao processo de ensino e

aprendizagem dentro de uma estrutura já estabelecida, apenas mudando certas características desse processo sem alterar em nada a estrutura, portanto reproduzindo a mesma dinâmica burocrática e burguesa. Desse modo, é importante esclarecer os elementos imprescindíveis e universais que caracterizam a pedagogia libertária e demonstrar a sua superioridade em relação as pedagogias típicas da educação em voga.

A autogestão educacional é o princípio mais elementar da pedagogia libertária, que foi brevemente exposto acima, e diz respeito a gestão da educação sendo realizada por todos os que participam do processo de ensino e aprendizagem, priorizando principalmente o aluno. Segundo Tragtenberg (1980, p. 57) isso implica “a devolução do processo de aprendizagem às comunidades onde o indivíduo se desenvolve (bairro, local de trabalho)”. Ou seja, há a necessidade de uma integração e, portanto, de uma relação profundamente estreita entre os diversos setores da sociedade civil e o processo educacional. Atualmente existe uma clara divisão entre a educação recebida na escola e universidades, que é a educação formal e oficial, da educação que se recebe nas relações cotidianas (educação informal). Desse modo, a educação formalmente entendida é considerada mais importante do que a educação informal, de maneira que há uma crença muito enraizada coletivamente de que o saber acadêmico é o verdadeiro e o necessário, enquanto o saber informal tem um papel mais secundário (embora haja uma certa valorização da educação familiar). A proposta de união educacional consiste em superar essa divisão e generalizar o saber mais profundo para outros locais e atividades humanas, de forma que a educação dos indivíduos seja gerida e aplicada por todos que participam, bem como não se limite apenas a instituições específicas. Isso não quer dizer, obviamente, que não existiriam organizações especificamente educacionais, mas sim que a natureza das mesmas mudaria. Tragtenberg inclusive cita a necessidade de haver associações de bairros para organizarem devidamente os centros educacionais. Assim o aluno poderia desenvolver um interesse real pelo processo de ensino e aprendizagem, pois seria amplamente incluído no mesmo e, portanto, se sentiria unido a esse processo, muito diferente da atualidade onde o aluno é alienado do que ele aprende, uma vez que ele é forçado a assimilar conteúdos e a realizar atividades que ele sequer sabe quem as fez, porque as fez etc.

Outra característica é a autonomia do indivíduo. Francisco Ferrer, em sua “Escola Moderna”, onde era aplicado o modelo libertário, enfatizava uma “Pedagogia Individual”, ou seja, uma forma de ensinar e aprender que fosse alicerçada no desenvolvimento das

aptidões e potencialidades específicas de cada aluno individualmente. O seu amigo, Domela Niwenhuis, ao abordar sobre a educação infantil no contexto francês da sua época, defende essa linha de pensamento em um dos boletins da Escola Moderna:

Que a instrução comece quando a criança pedir. Todo o programa escolar, que é o mesmo para todas as regiões da França, por exemplo, é ridículo. As nove da manhã o ministro de educação pública sabe que todas as crianças leem, escrevem ou calculam; mas todas as crianças e os professores têm o mesmo desejo à mesma hora? Por que não deixar para o professor a iniciativa de fazer o que quiser, já que ele conhece seus alunos melhor que o senhor ministro ou qualquer burocrata, e deve ter a liberdade necessária para arrumar a educação ao seu gosto e ao de seus discípulos? A mesma razão para todos os estômagos, a mesma razão para todas as memórias, a mesma razão para todas as inteligências; os mesmos estudos, os mesmos trabalhos. (FERRER, 2010, p. 26).

A realidade por ele exposta ainda é hegemônica, de forma que todos os alunos recebem a mesma educação generalista, que avalia a partir dos mesmos critérios, seres humanos com diversas potencialidades. Desse modo, todos são submetidos às mesmas atividades, provas, conhecimentos etc., de forma que a singularidade de cada aluno, infantil ou não, é deixada de lado. Assim, são classificados como os mais “inteligentes” e “esforçados” os que conseguem se adaptar a isso, enquanto que aqueles que apresentam dificuldade ou apenas falta de vontade em seguir esses ditames é considerado “incapaz”, “mediano”, “indisciplinado” etc. A pedagogia libertária reforça a necessidade de desenvolver a autonomia do indivíduo, de forma que o mesmo possa ser educado devidamente em suas especificidades, embora seja igualmente humano como os outros. Óbvio que não significa que o aluno irá se limitar apenas a aprender ao que ele tem predisposição para aprender e executar (isso será abordado melhor adiante), porém como cada ser humano é irrepetível, tem suas próprias necessidades, possibilidades, motivações, é fundamental uma atenção especial para esse caráter próprio de cada indivíduo, negando assim a mutilação e padronização que existe no modelo atual.

O autodidatismo também se constitui como elemento nevrálgico da pedagogia libertária. O autodidata é o que detém aguçadamente a habilidade de aprender as coisas por si mesmo. Para muitos essa capacidade é um privilégio de poucos, dos gênios, tem uma origem genética ou mística irreduzível, e, portanto, o autodidata já nasce autodidata, quem não é não poderá desenvolver o autodidatismo significativamente. Essa crença, que é profundamente equivocada, é natural em função da natureza do sistema de ensino vigente, o

qual supervaloriza o heterodidatismo e a assimilação dogmática do aluno, quase como um ato de fé em confiar que aquilo que está sendo transmitido para ele pela autoridade professoral é a grande verdade. Faure, na sua experiência educacional denominada “A Colmeia”, contrapõe esse método de ensino, que ele caracteriza como “dedutivo” e, como alternativo, propõe um “método indutivo”, que segundo Paulo Marques (2015) e Rodrigo Rosa (2015, p. 15) consiste em fazer com que:

O aluno adquira papel mais importante no processo de ensino-aprendizagem preponderante tanto em relação ao professor quanto ao conteúdo. (...) A partir da observação da realidade, é o estudante quem observa, pesquisa, classifica e generaliza sob uma simples direção do professor que serve mais para estimulá-lo e não deixa-lo desistir frente os insucessos.

Com um raciocínio semelhante, pesquisadores da pedagogia institucional defendem o seguinte:

A autogestão pedagógica é um sistema de educação no qual o mestre renuncia a transmitir uma mensagem. Os alunos, em nível de classe ou da escola, dentro dos limites da situação escolar atual, decidem a respeito dos métodos, das atividades escolares e dos programas de formação. Na autogestão pedagógica, o mestre não é um transmissor de informações, mas analista do processo de aprendizagem ou perito à disposição da classe que deve encontrar e desenvolver suas instituições internas próprias. As fórmulas de autogestão pedagógica podem variar segundo as situações, as idades, etc. (REVISTA VOZES *apud* VIANA, 2008, p. 22).

Pode ser contestado o papel subvalorizado que esses autores dão para os professores, visto que o sistema educacional atual está profundamente enraizado, descondicionar os alunos a ele seria uma tarefa árdua e longa, exigindo assim um papel mediador maior dos professores, porém sem o exercício de uma autoridade impositiva. Podemos observar como o autodidatismo está relacionado com a autogestão pedagógica, com a participação direta do aluno no processo de elaboração e aplicação dos conteúdos, estimulando assim no aluno a habilidade de ser capaz de aprender por si mesmo sem ter tanta dependência de professores e outras autoridades. É também através do estímulo das capacidades individuais específicas de cada aluno que o autodidatismo poderá se desenvolver, uma vez que, com suas aptidões mais aprimoradas, ele se sentirá mais confiante e estimulado para aprender sozinho.

A supressão do sistema de exames é praticamente um consenso dentro dessa corrente. Tragtenberg (2002, p. 2) expressa que “o exame, mais que o programa, define a

pedagogia do docente. O objetivo que a pedagogia burocrática lhe propõe não é o enriquecimento intelectual do aluno, mas seu êxito no sistema de exames.”. Dessa forma, ele serve como um meio de adestrar e domesticar o aluno, torná-lo obediente às imposições das autoridades, o exato oposto da intenção da pedagogia libertária. Além disso, tem uma função de gerar concorrência, uma vez que a pressão para se ir bem nos exames, bem como a necessidade disso para avançar na vida acadêmica, estimula a disputa entre os indivíduos, tal como a arrogância, o sentimento de superioridade (ou o oposto), e implica em recompensas e punições, suscitando grande impacto psicológico nos que participam desse processo. Ferrer afirma nessa perspectiva:

As provas clássicas, aquelas a que estamos habituados a ver no fim do ano escolar e que nossos pais tinham em grande predicamento, não geram resultado algum, e se geram é no âmbito do mal. Estes atos, que se vestem de solenidades ridículas, parecem ser instituídos para satisfazer o amor próprio doentio dos pais, a supina vaidade e o interesse egoísta de muitos professores e para causar sendas torturas às crianças antes da prova, e, depois, as doenças consequentes mais ou menos prematuras. Todo pai deseja que seu filho se apresente em público como um dos alunos nota dez do colégio, demonstrando ser um sábio em miniatura. Não lhe importa que para isso seu filho, a cada quinze dias ou um mês, seja vítima de tormentos requintados. Como julga pelo exterior, considera que os tormentos citados não são como tal, porque não deixam como sinal o menor arranhão nem a mais insignificante cicatriz na pele (...) A coisa começa quando cumprimos cinco ou seis anos, quando nos ensinam a ler, e, em tão tenra idade, nos obrigam a nos preocuparmos, não tanto com as estórias que esse novo exercício nos permite conhecer, nem com o desenho mais ou menos interessante das letras, mas com o prêmio da leitura que temos que disputar; e o pior é que nos fazem enrubescer de vergonha se ficamos para trás, ou nos inflam de vaidade se vencemos os outros, se atraímos a inveja e a inimizade de nossos companheiros. (FERRER, 2010, p. 34-35).

Para muitos, o sistema de provas é a única forma possível de avaliar devidamente o quanto alguém é capaz, porém as sociedades anteriores à moderna não possuíam um sistema de provas para avaliar os estudantes. Protágoras na Grécia antiga, por exemplo, definia se um aluno não estava mais necessitado de seus ensinamentos quando ele o convencesse de que não precisava pagar mais para ser ensinado. É óbvio que esse método não deve substituir o sistema de exames, porém, é errôneo crer que a única forma de aprender e verificar um aprendizado é apenas fazendo provas no fim de cada unidade, semestre na faculdade etc. Nesse sentido, o estímulo ao saber e a fixação desse saber não deve ocorrer através de provas, mas sobretudo instigando no aluno o amor pelo aprender, o amor ao conhecimento, bem como o próprio professor deve transmitir sentimentos nobres, uma

disposição fervorosa ao transmitir saberes para o aluno, de maneira que o aluno naturalmente se esforçará para fixar seu aprendizado, o que está intimamente relacionado também com o autodidatismo. Nessa perspectiva, Ferrer defende a seguinte posição redigida por Emilia Boivin, contida em um dos boletins da Escola Moderna:

Que os pedagogos se dediquem a inspirar o amor ao trabalho sem sanções arbitrárias, já que há sanções naturais e inevitáveis as quais bastará colocar em evidência. Sobretudo evitemos dar às crianças a noção de comparação e de medida entre os indivíduos, porque para que os homens compreendam e apreciem a diversidade infinita que há entre os caracteres e as inteligências é necessário evitar aos escolares a concepção imutável de bom aluno à qual cada um deve tender, mas da qual se aproxima mais ou menos com maior ou menor mérito (FERRER, 2010, p. 37).

A transmissão de valores coletivistas, que reafirmam o gênero humano enquanto totalidade integrada é também essencial. Isso significa instigar valores e sentimentos como solidariedade, ajuda mútua, compaixão, empatia etc., de maneira que a formação dos indivíduos seja direcionada para a criação de seres sociais harmônicos em suas relações interpessoais. Diferente da sociedade vigente, onde os valores transmitidos são altamente baseados no individualismo e na concorrência, com recompensas para os supostamente melhores e punição para os piores, além outros fatores como prestígio, status, reconhecimento etc., um modelo verdadeiramente libertário deve estimular a cooperação entre os indivíduos, extirpar o máximo possível individualismo que centraliza o ser humano enquanto singular e o despreza enquanto uma espécie, conseqüentemente estimulando uma série de sentimentos, como inveja, ciúmes, hipocrisia, superioridade, inferioridade etc. Ferrer é categórico quanto a necessidade de construir novos valores, ao alertar os professores dispostos a participarem de sua escola:

Os professores que se oferecem à Escola Moderna e solicitam sua recomendação para exercer a profissão nas escolas similares devem renunciar todo castigo material e moral, sob pena de serem desqualificados para sempre. A severidade resmungona, a impaciência, a ira às vezes beiram a crueldade e devem desaparecer com os professores antiquados. Nas escolas livres tudo deve ser paz, alegria e confraternidade. Acreditamos que este aviso bastará para banir tais práticas em seguida, impróprias de pessoas que devem ter como único ideal a formação de uma geração apta a estabelecer uma sociedade verdadeiramente fraternal, solidária e justa (FERRER, 2010, p. 37).

Isso pressupõe a rejeição da ideia de que a natureza humana seja inerentemente má, egoísta, violenta etc., e a afirmação de que o ser humano é histórico e deve ser estimulado

pelo meio devidamente. Óbvio que isso não garante absolutamente como alguém será, porém quanto maiores forem os estímulos a valores nobres, mais as chances dos indivíduos, de forma generalizada, serem também nobres, verdadeiros humanistas. Isso é fundamental sobretudo na infância, momento onde a formação da personalidade humana é mais maleável e impactante, de forma que aquilo que é estimulado na mesma frequentemente cria marcas para a vida toda.

A formação integral é o objetivo central que a pedagogia libertária visa alcançar. O ensino unilateralizado que caracteriza a educação atual naturalizou que é absolutamente normal as pessoas serem reduzidas a áreas específicas em que foram formadas, como “eu sou engenheiro”, “eu sou médico”, “eu sou filósofo” etc. Afinal, é muito comum aquela fatídica pergunta “O que você quer ser quando crescer?”. Porém, isso também é histórico e moderno, não constituindo, portanto, algo intrínseco ao ser humano. Evidentemente que temos mais ou menos aptidões para certas áreas e habilidades, mas isso não significa que devemos nos conformar e desenvolver apenas aquilo para o que temos predisposição. Porém, com a intensa divisão entre trabalho manual e intelectual, além das divisões no interior de ambas as categorias, o ser humano se tornou fragmentado, que segue apenas uma única direção e ignora as outras. Isso tanto em relação ao conhecimento, quanto em relação a outras potencialidades que vão para além da intelectualidade, como nossas virtudes físicas, morais, afetivas etc., todas parcial ou completamente ignoradas pelo sistema atual, uma vez que pouca ou nenhuma utilidade possuem para a reprodução do capital (com exceção de áreas muito específicas, como os esportes no caso das capacidades físicas), para esse viver objetificado e mecanizado ao qual todos estamos submetidos, de maneira que só são abordados ao passo que são úteis a essa reprodução (como a questão da saúde mental as vezes abordada nas escolas porque as pessoas estão cada vez mais doentes para operarem em prol dessa sociedade). Nesse sentido, Faure afirma:

O papel do ensino é conduzir ao máximo desenvolvimento todas as faculdades das crianças: Físicas, intelectuais e morais. O desejo do educador consiste em favorecer o pleno desenvolvimento deste conjunto de energias e de aptidões que se encontram em todos. (...) Seres completos! Em nossos dias encontram-se muito poucos. Poderia mesmo dizer que não se encontram. É esta uma das fatais consequências da organização social e dos métodos educativos que dela se derivam (FAURE, 2015, p. 107).

Portanto, a educação libertária prioriza aquilo que é negligenciado na sociedade atual, uma formação integral, completa de cada ser humano, de forma que, além de

especialidades das quais os indivíduos são mais aptos a exercerem, possam também aprimorar uma série de outras capacidades internas. O fato de alguém ser engenheiro não impede de saber de filosofia e sociologia, ou não é só um psicólogo que tem que entender da mente humana. Mais uma vez é necessário remeter aos gregos antigos, que eram educados na Paideia, um modelo de educação integral da época que desenvolvia os indivíduos em diversas direções, os capacitando para serem atletas, virtuosos, filósofos, e saberem de várias áreas com certa propriedade (astronomia, poesia, retórica etc). Na sociedade em que vivemos, por sua rotina altamente mercantilizada e burocratizada que suga as energias de cada um, esse projeto não pode ser realizado plenamente. Além disso, ensino integral não significa que tenhamos que saber de tudo sobre tudo. Porém, desde já podemos nos desenvolver em várias direções, de acordo com nossas possibilidades de organizar (nossa) rotina e disposição para incorporar novos hábitos, o que poderá ser mais profundamente desenvolvido em uma sociedade pós capitalista, humanista e autogerida.

Estrutura de Caráter e Hábitos Libertários

Como supracitado, existe uma ideia solidificada culturalmente de que o ser humano é intrinsecamente ruim, de que ele tende naturalmente para ser desarmônico e caótico tanto em relação a si mesmo quanto em relação ao outro. Portanto existe uma suposta essência metafísica que constitui o ser humano e tem um caráter imutável. Isso é corroborado por uma série de autores que reproduzem ideologicamente o capitalismo em suas obras e sistemas teóricos. Existe a intenção clara de tornar o capitalismo um modo de produção natural, bem como justificar as suas diversas formas de dominação e controle como reguladores dessa “natureza disfuncional” do ser humano. Assim, legitima-se a existência da autoridade, da burocracia, da hierarquia e de todos os mecanismos típicos dessas categorias. Por isso, é comum as pessoas considerarem a educação burocrática e seus processos como o melhor modo de aplicar o processo de ensino e aprendizagem, ao passo que também enxergam qualquer alternativa oposta como uma “utopia” ou “sonho ingênuo”.

Todavia, como já expressa Marx (2001, p. 20), “não é a consciência que determina a vida, mas sim é a vida que determina a consciência.”, portanto é errôneo atribuir ao ser humano características comportamentais fixas e imutáveis. Isso não quer dizer que o ser humano não possua potencialidades que são comuns a todos os indivíduos da espécie, mas sim que essas potencialidades não implicam em uma moralidade maligna impossível de ser

alterada. Desse modo, é importante esclarecer, em linhas gerais, sob quais processos e mecanismos é possível construir um novo ser humano, mais especificamente no contexto da pedagogia libertária e de seus pressupostos fundamentais, o que implica também na superação das crenças que enraizadas nas pessoas de que a única maneira de ser educado é através de métodos controladores e autoritários.

O primeiro fator a ser levado em consideração é o próprio esclarecimento teórico. É necessário explicar como funciona a pedagogia libertária para assim tornar os seus futuros aplicadores indivíduos esclarecidos e conscientes do que se trata a nova pedagogia. Para isso não basta apenas expor os fundamentos e conceitos da pedagogia libertária, mas principalmente demonstrar como ela pode ser mais benéfica e satisfatória, bem como a possibilidade de sua realização. Essas noções podem ser difundidas de diferentes formas, como através da explicação dos conceitos de historicidade, totalidade, materialismo e outros, tal como dando exemplos históricos de onde houve a aplicação da educação libertária e suas consequências, mesmo que de maneira embrionária etc. Esse esclarecimento é primário, pois antes da aceitação, defesa e aplicação das ideias libertárias, é necessário que haja plena consciência acerca daquilo que se está aceitando, defendendo e aplicando, ainda mais tendo em vista a grande barreira cultural e ideológica imposta pelas ideias e valores dominantes que preconizam a eternização do modo capitalista de educar.

Um processo de acolhimento e formação psicológica é essencial. Na dinâmica do ensino burocrático a questão da saúde mental é secundarizada e totalmente ignorada, sendo abordada em situações muito específicas (como no setembro amarelo), uma vez que o intuito principal é reproduzir indivíduos mecanizados capazes de operar no sentido de produzirem capital, sendo eles próprios transformados em capital enquanto realizadores de trabalho vivo subordinado ao trabalho morto. Nesse sentido, uma formação emocional e afetiva se caracteriza como partes necessariamente vinculadas às potencialidades autenticamente humanas. É uma tendência trágica a cisão feita entre educação familiar e educação acadêmica formal, de forma que os aspectos do desenvolvimento humano são fragmentados e jogados de uma educação para outra. Normalmente, a educação afetiva e emocional é considerada responsabilidade dos pais, enquanto a escola deve apenas ensinar os conhecimentos técnicos. Porém, assim o aluno receberá estímulos incoerentes, confusos, sem nenhuma coesão referente a sua própria formação, o que reforça a sua qualidade de ser humano fragmentado típica da sociedade capitalista. A formação psicológica, no sentido

mais emocional, afetivo, sentimental, é um dos pilares da humanização do homem, que o torna apto para apreciar e amar a vida, a si próprio e aos outros, sem as ilusões hedonistas efêmeras existentes no capitalismo que apenas desumanizam e mutilam.

Outro fator importante para reforçar a legitimidade da pedagogia libertária como modelo ideal a ser seguido é fazer experiências práticas com um pequeno número de pessoas produzindo como seria a autogestão, embora obviamente sem a mínima pretensão de reproduzir a autogestão em sua plenitude (que só pode existir se generalizada por todas as relações sociais). É evidente que isso demanda recursos e tempo que nem sempre são disponíveis para um projeto dessa magnitude, além de outros fatores. Porém, uma vez que há a possibilidade de fazer algo nesse sentido, é absolutamente adequado para que os indivíduos experimentem na prática como a educação libertária funcionaria e como os afetaria. Por isso, não basta apenas o esclarecimento teórico, é preciso a experiência direta (até para que seja possível pôr em prática o acolhimento psicológico supracitado), mesmo que imperfeita e rudimentar.

O intuito principal disso é criar “Hábitos Libertários” afetando diretamente a estrutura do caráter dos indivíduos. Fromm (1983, p. 59) afirma que “hábitos e opiniões, mais profundamente arraigados, que são características de uma pessoa e resistem a modificações, nascem da estrutura do caráter”, ou seja, existem hábitos que estão arraigados na maneira particular de como a energia do indivíduo foi canalizada, de forma que praticar determinados hábitos se torna uma expressão do próprio caráter, de quem se é. Assim, comportamentos que manifestam individualismo, concorrência, burocratismo etc., são hábitos configurados no caráter da maioria dos indivíduos inseridos no capitalismo, fazendo parte tanto representações cotidianas quanto do pensamento complexo, e, portanto, são resistentes a mudanças. Por isso, a necessidade de contrapor esses hábitos com novas práticas, as condizendo com os ideais e valores libertários, até que também se tornem hábitos do caráter e substituam os atuais. Tragtenberg (1980, p. 57), ao afirmar que deve haver uma devolução do processo educacional para locais de trabalho, bairros e outros setores civis, não desenvolve tanto essa questão, porém parece estar apontando para um caminho semelhante a essa perspectiva apresentada. O intuito é que, ao ocorrer essa devolução, o aluno torne conscientemente no seu caráter a educação libertária como algo imprescindível para sua existência. Enquanto na sociedade atual a educação é considerada fundamental para entrar no mercado de trabalho, ganhar títulos acadêmicos, fazer boas provas, adquirir

prestígio etc., em uma sociedade autogestionária a educação seria fundamental para a própria humanização, onde o indivíduo é um fim em si mesmo, pois haveria uma diferença fundamental: Se por um lado a educação vigente é alienante, imposta burocraticamente para ser seguida pelos dominados, por outro a educação libertária superaria a alienação e portanto proporcionaria uma conexão distinta dos alunos e professores com o processo educacional, já que os mesmos se sentiriam mais integrados uns aos outros e naquilo que estão fazendo dentro da dinâmica de ensino e aprendizagem. Por isso, a necessidade de criar uma experiência educacional, mesmo com um número reduzido de pessoas, desse teor, de maneira que elas sentissem por si mesmas a natureza desse modelo. Foi isso que ocorreu com as crianças da “A Colmeia” e das “Escolas Modernas”, as permitindo, portanto, vislumbrarem pragmaticamente algo para além do que está hegemonicamente estabelecido.

O hábito do autodidatismo, como já foi brevemente abordado, aparece como estreitamente vinculado com a devolução e autogestão da educação para todos os participantes do seu processo, tanto como reforçador quanto como reforçado. Por um lado, reforçaria porque permitiria aos indivíduos, com um senso de autonomia e independência mais maduro (vale ressaltar que independência e autonomia, nesse contexto, não se igualam ao individualismo e são inseparáveis da coletividade), terem mais confiança e competência para gerirem o processo educacional nos diversos setores sociais, para estabelecerem programas, projetos, tomarem decisões etc., já que autodidatismo resulta sobretudo em ser capaz de aprender diversas coisas sem depender de alguém e de gostos imediatistas e efêmeros. Por outro lado, é reforçado porque a devolução implica também em generalização, em transformar a educação como uma dinâmica cotidiana do indivíduo, isto é, não restrita a processos formais e institucionais tipicamente burocráticos, e, portanto, o ato de aprender iria adquirir a naturalidade e internalização já supracitada, instigando assim um verdadeiro “amor ao conhecimento” nos indivíduos. Nesse sentido, para um indivíduo cujo hábito do autodidatismo está enraizado, o estudo não será algo feito porque é obrigado por alguma autoridade supostamente mais capaz de estabelecer o que deve ser conhecido ou não, mas sim porque aquilo é importante de ser estudado de acordo com os novos valores de construir, consolidar e fazer a manutenção de relações sociais autogeridas e de um ser humano integral, com um caráter produtivo, nos termos do Fromm (1983, p. 78). Nesse sentido, não faz diferença se o estudo é realizado em um centro educacional, em casa, ou em uma praça, no local de trabalho etc., mas sim o conteúdo e a importância que aquele estudo tem. Isso

também é pressuposto para que o sistema de exames possa ser abolido. É uma lógica muito diferente da atual, onde os estudantes preponderantemente acham que apenas o que é transmitido na instituição que os ensinam, no momento que ensinam e o conteúdo ensinado, que são importantes de serem assimilados, sendo outros conhecimentos jogados em segundo plano.

Por fim, é importante enfatizar a relação entre o conhecimento geral e o conhecimento técnico/operacional no processo de formação integral em uma educação autogerida. Faure, n'*A Colmeia*, enfatizava a necessidade de fornecer uma educação científica geral para seus alunos, mas também um ensino especializado nas áreas para as quais os gostos dos mesmos mais se inclinassem (FAURE, 2015). Nesse sentido, ela possuía oficinas produtivas em que as crianças trabalhavam, de acordo com suas capacidades e esforços, e poderiam ir descobrindo nas várias áreas produtivas em que atuavam (marcenaria, encadernação, costura etc.) pelo que mais tinham aptidão, enquanto recebiam uma educação geral paralela. Porém, na época do Faure as forças produtivas ainda estavam em um nível abaixo da atualidade (ele chegou a tocar apenas na mecanização), onde as mesmas já se encontram altamente automatizadas e informatizadas, rumo a quarta revolução industrial. Desse modo, em certa medida, a especialização em uma nova sociedade se tornaria bem menos importante do que ela é agora, pois a tecnologia poderia substituir o trabalho humano na maioria das funções, reduzindo drasticamente a jornada de trabalho e facultando mais tempo livre para que o homem pudesse desenvolver plenamente suas potencialidades em diversos sentidos, sejam elas morais, físicas, afetivas, intelectuais. Isso não significa que a especialidade seria abolida imediatamente, pois ainda haveria setores de produção específicos para serem controlados pela coletividade, onde alguns teriam mais conhecimentos e habilidades do que outros (inteligência artificial, nanotecnologia, impressão 3D), porém a importância da mesma seria cada vez mais reduzida e não haveria relação hierárquica, bem como o fato de alguém ser mais especialista (por uma formação na sociedade anterior, no caso, da atual) não significa que iria ser limitado apenas a essa função. Dessa forma, à medida que a informatização e automatização fossem aprofundadas, as funções específicas seriam ocupadas cada vez mais pelos próprios meios de produção sem a necessidade do trabalho humano, e mesmo enquanto elas existissem seriam ocupadas por várias pessoas, não por especialistas tecnicistas como no capitalismo.

Considerações finais

A temática geral abordada só poderá ser plenamente aplicada em uma nova sociedade, porém já deve surgir embrionariamente na atual, para que das entranhas da mesma possa ser gerada uma nova. Para tanto, é preciso cristalizar os princípios educacionais autogestionários nas lutas sociais e culturais, como o autodidatismo, a autogestão educacional, a autonomia do indivíduo, a abolição do sistema de exames, a aplicação do ensino integral e outras características que fazem parte do projeto de uma sociedade emancipada. Faz-se também um compromisso inadiável aprendermos com o que foi feito pelas várias Escolas Racionalistas inspiradas no modelo do Ferrer ao redor do mundo, pela comunidade educacional “A Colmeia” elaborada por Faure, pelo sindicato de educação na CNT (Confederação Nacional de Trabalho) aqui no Brasil, dentre outras diversas experiências de educação libertária ao longo das épocas e regiões. Assim, poderemos aprender as lições que a história nos ensina, e conjuntamente com o estudo teórico dos próprios autores e ideias da pedagogia libertária, será possível a adaptação e prática de um modelo educacional emancipador que atende às necessidades e possibilidades dos novos tempos e do que é realmente humano.

Referências

- FAURE, Sebastián. *A Colmeia*. São Paulo: Terra Livre, 2015.
- FERRER, Francisco. *A Escola Moderna*. Piracicaba: Ateneu Diego Giménez, 2010.
- FROMM, Erich. *Análise do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- LOBROT, Michel. *A Pedagogia Institucional. Por uma Pedagogia Autogestionária*. Lisboa, Iniciativa Editoriais, 1973.
- MARQUES, Edmilson. A Questão da Educação em Maurício Tragtenberg. *Revista Despierta*. Ano 03, Núm. 03, 2016.
- MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- TRAGTENBERG, Maurício. *A Delinquência Acadêmica*. São Paulo: Rumo, Junho de 1979.
- TRAGTENBERG, Maurício. O Conhecimento Expropriado e Reapropriado pela Classe Operária: Espanha 80. *Educação e Sociedade*. São Paulo: Cortez, Setembro de 1980.

VIANA, Nildo. *A Concepção de Educação em Maurício Tragtenberg*. Informe e Crítica. Disponível em: <https://informecritica.blogspot.com/2020/12/a-concepcao-de-educacao-em-mauricio.html> Acessado em 28 de Março de 2023

VIANA, Nildo. *Pedagogia Autogestionária ou Autogestão Pedagógica*. Marxismo e Autogestão. Ano 02, Núm. 03, Jan./Jun. 2015. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/rma/article/view/953/901> Acessado em 28 de março de 2023.

Texto aprovado para publicação em 28 de maio de 2022.